Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	. 4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial Iguatemi Av. Washington Soares, 55 5° andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó 60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil

Tel: +55 85 3392-5600 Fax: +55 85 3392-5659

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da **Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda.** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 11 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC CE-001042/F

Thiago Alexandre de Souza Silva Contador CRC-PE021265/O

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.582	5.665	Fornecedores	8	1.945	343
Contas a receber	6	-	27	Tributos a recolher		93	_
Compromissos futuros	7	10.522	13.073	Compromissos futuros	7	10.305	12.275
Adiantamento a fornecedores		41	11	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	1
Tributos a recuperar		2.257	630	Obrigações sociais e trabalhistas		-	1.989
Imposto de renda e contribuição social a recupera	r	555	480	Outras contas a pagar		-	84
Despesas pagas antecipadamente		-	1				
Outras contas a receber		-	23	Total do passivo circulante		12.343	14.692
Total do ativo circulante		15.957	19.910	Não circulante			
				Compromissos futuros	7	11.089	10.947
Não circulante				PIS e COFINS diferido		121	143
Compromissos futuros	7	12.180	11.985	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	404	624
Total do realizável a longo prazo		12.180	11.985	Total do passivo não circulante		11.614	11.714
Intangível		35	-	Total do passivo		23.957	26.406
Imobilizado		110	134				
				Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		12.325	12.119	Capital social	9.a	15.007	18.007
				Prejuízos acumulados		(10.682)	(12.384)
				Total do patrimônio líquido		4.325	5.623
Total do ativo		28.282	32.029	Total do passivo e patrimônio líquido		28.282	32.029

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (*Em milhares de reais*)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	10	16.854	4.027
Custos de operação	11	(15.853)	(8.489)
Lucro (prejuízo) bruto		1.001	(4.462)
Despesas gerais e administrativas	12	(121)	(821)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		880	(5.283)
Receitas financeiras	13	606	1.952
Despesas financeiras	13	(4)	(8)
		602	1.944
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		1.482	(3.339)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	220	(624)
Lucro (prejuízo) do exercício		1.702	(3.963)

Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda. Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) do exercício	1.702	(3.963)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	1.702	(3.963)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.007	(8.421)	21.586
Redução de capital social Prejuízo do exercício	(12.000)	(3.963)	(12.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.007	(12.384)	5.623
Redução de capital social Lucro do exercício	(3.000)	1.702	(3.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.007	(10.682)	4.325

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Resultado antes dos tributos		1.482	(3.339)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de			
Atividades operacionais:			
Depreciação		39	-
PIS e COFINS diferidos		(22)	143
Variação do valor justo dos contratos de comercialização - Compromissos futuros	7	528	(944)
Lucro (prejuízo) ajustado		2.027	(4.140)
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber	6	27	5.938
Tributos a recuperar		(1.627)	(133)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(76)	(480)
Adiantamento a fornecedores		(30)	(11)
Despesas pagas antecipadamente		1	(1)
Outras contas a receber		23	(19)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	8	1.602	(5.758)
Obrigações sociais		(1.989)	566
Tributos a recolher		93	(64)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	1
Outras contas a pagar		(84)	84
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(33)	(4.017)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo intangível		(35)	-
Aquisição ao ativo imobilizado		(15)	(24)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(50)	(24)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	9.a	(3.000)	(12.000)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(3.000)	(12.000)
Redução no caixa e equivalentes		(3.083)	(16.041)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	5.665	21.706
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	2.582	5.665
Variação no caixa e equivalentes		(3.083)	(16.041)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa") é uma sociedade limitada, constituída em 05 de novembro de 2018, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, 14.171 – 15ª Andar, Torre Ebony Tower, Edifício Rochaverá, Vila Gertrudes, capital do Estado de São Paulo.

A Empresa opera com a comercialização de energia elétrica no ambiente de contratação livre – ACL e suas atividades operacionais tiveram início em maio de 2021.

Em 21 de julho de 2023, houve a reorganização societária da Empresa, a qual alterou o controle da Echoenergia Participações para Echoenergia Crescimento S.A. aprovada por meio de Assembleia Geral Extraordinária. Dessa forma, a Echoenergia Crescimento S.A. tornou-se a controladora direta da Empresa, sendo titular de 100% de suas ações.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Empresa considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Empresa em 11 de abril de 2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requerido pelas normas.

Mensuração dos contratos de comercialização de energia

Os contratos celebrados pela Empresa visam à comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, aplicáveis à todos os agentes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Os contratos de comercialização de energia reconhecidos a valores justos por meio do resultado são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas por meio do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. - BBCE, do sistema DCIDE e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora. Os contratos classificados como não tranding são reconhecidos no resultado no momento da entrega efetiva da energia, conforme requerido pelo CPC 47 – Receita de contrato com clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão demonstradas nas notas explicativas:

- Contas a receber perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) (nota explicativa 6)
 principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas.
- Compromissos futuros (nota explicativa 7) principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo, referentes aos saldos das operações de trading;
- · Imobilizado e intangível aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 15) reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Instrumentos financeiros (nota explicativa 17) principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Empresa, quando aplicável, reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa considera um ativo financeiro com problemas de recuperação quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- Houver quebra de cláusulas contratuais;
- Há a reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Há a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Empresa não têm histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Empresa aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Empresa avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

A Empresa não possui ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Novas normas e interpretações

A partir de 01 de janeiro de 2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Empresa:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação	Aplicável a partir	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamento Técnico CPC nº 26 Passivo não circulante com covenants e classificação de passivos como circulante ou não circulante	IAS 1	(Brasil) 04/08/2023	de 01/01/2024	Classificação de passivos como circulante ou não circulante – sem impactos relevantes à Empresa. Em relação aos covenants, a Empresa aderiu as disposições da norma a partir de 01 de janeiro de 2024.
Alteração no Pronunciamento Técnico CPC nº 06 Alteração de passivo de arrendamento em uma venda e leaseback	IFRS 16	04/08/2023	01/01/2024	Não aplicável à Empresa.
Alteração no Pronunciamento Técnico CPC nº 03/40 Alteração de acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")	IAS 7/IFRS 7	02/01/2024	01/01/2024	Não aplicável à Empresa.
Revisão de Pronunciamento Técnico CPC nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) - demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 - tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) - instrumentos financeiros (evidenciação).	IAS 10	01/12/2023	01/01/2024	Não aplicável à Empresa.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Empresa tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios.

a. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento Aplicações financeiras (a)	57 2.525	115 5.550
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.582	5.665

⁽a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 100,20% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2023 (100,12% em 31 de dezembro de 2022). A variação do período é devido, principalmente, à redução de capital ocorrida no exercício de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias da Empresa e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

	2023	2022
Contas a receber de clientes (a)		27
Total		27

⁽a) Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre as partes. A Empresa não tem histórico de perdas ou atrasos com recebíveis em decorrência das características do mercado em que atua, sendo assim, a Administração da Empresa entende não haver perdas esperadas e necessidade de constituição de provisão para perdas com seus recebíveis.

a. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

O critério utilizado pela Empresa para constituir PECLD é de análise individual, considerando expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não constituiu novos saldos de PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

7 Compromissos futuros

A Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com suas contrapartes. Estas transações resultaram em ganhos e perdas para a Empresa, que foram reconhecidas pelos seus valores justos no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, os contratos de venda e compra de energia futura (trading) totalizam os montantes, respectivamente, de R\$ 22.702 e R\$ 21.394 (R\$ 22.058 e R\$ 23.222 em 31 de dezembro de 2022), em recebíveis e obrigações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou resultado negativo de R\$ 528.

	Ativ	Ativo		vo
	2023	2022	2023	2022
Compromissos futuros de energia	22.702	25.058	21.394	23.222
Total	22.702	25.058	21.394	23.222
Circulante Não circulante	10.522 12.180	13.073 11.985	10.305 11.089	12.275 10.947

8 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por encargos de materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Os valores da conta fornecedores são formados pelos valores das notas fiscais e também através de provisões diversas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

	2023	2022
Materiais e serviços	62	83
Manutenção	1.566	26
Fornecedores Partes relacionadas – Nota explicativa 16	317	234
Total	1.945	343

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 15.007 (R\$ 18.007 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 15.007 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (18.007 em 31 de dezembro de 2022).

Em 28 de dezembro de 2023, através de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) houve redução de capital no montante de R\$ 3.000 com impacto em caixa e equivalentes de caixa.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2023 não houve destinação de dividendos, tendo em vista que a Empresa compensou prejuízos (em 2022 ocorreu prejuízo do exercício).

c. Reserva legal

Será constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 não houve constituição de reserva legal, tendo em vista que a Empresa compensou prejuízos (em 2022 ocorreu prejuízo do exercício).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2023 não houve destinação da reserva de retenção de lucros, tendo em vista que a Empresa compensou prejuízos (em 2022 ocorreu prejuízo do exercício).

10 Receita operacional líquida

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Empresa é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A Empresa atua no mercado de trading de energia e aufere resultados por meio da variação de preços de energia, dentro de limites de risco pré-estabelecidos. As operações de trading são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, devido principalmente ao fato de que não há compromisso de realizar o fechamento das operações de compra e de venda, havendo flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime não cumulativo onde todas as receitas, com exceção das financeiras são tributadas mediante aplicação do percentual de 1,65% para o Pis e 7,6% para a Cofins, tomando-se créditos com base nos mesmos percentuais, quando estes permitidos pela legislação tributária.

	2023	2022
Receita bruta de comercialização de energia (a) Variação do valor justo dos contratos de comercialização de energia elétrica –	19.145	3.612
Compromissos futuros (b)	(528)	944
Total	18.617	4.556
PIS	(316)	(74)
PIS diferido (c)	9	(16)
COFINS	(1.455)	(316)
COFINS diferido (c)	13	(72)
ICMS	(14)	(51)
Deduções da receita	(1.763)	(529)
Receita operacional líquida	16.854	4.027

- (a) Receita faturada dos contratos de comercialização de energia.
- (b) Receita de comercialização de energia elétrica Compromissos futuros reconhecida pela variação do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia do exercício. O saldo refere-se à mutação patrimonial entre os contratos ativos e passivos de comercialização de energia.
- (c) Valor de PIS e COFINS diferidos sobre a variação do valor justo dos contratos de comercialização de energia Compromissos futuros.

Abaixo está demonstrada a movimentação dos saldos patrimoniais de PIS e COFINS diferidos:

	2023
PIS e COFINS diferidos – Passivo não circulante	
Saldo em 01 de janeiro Realização	(143) 22
Saldo em 31 de dezembro	(121)

11 Custos de operação

		2022
Compra de energia (c) Gastos com pessoal (a) Outros custos (b)	(16.529) 863 (187)	(4.717) (3.531) (241)
Total	(15.853)	(8.489)

⁽a) O resultado positivo de gastos com pessoal no período corrente, decorre da regularização de valores de folha de pagamento de anos anteriores.

⁽b) Referem-se à serviços de terceiros, impostos, taxas e alvarás diversos e demais custos, líquido de reversões.

⁽c) A variação de compra de energia entre os períodos, é decorrente do maior volume de transações incorridas no ano, uma vez que a Empresa é uma trading de energia, quanto maior seu portifólio de venda, maior a necessidade de compra.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Serviços de terceiros Gastos com pessoal Outras despesas	- - (121)	(342) (389) (90)
Total	(121)	(821)

13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Empresa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem fianças e comissões bancárias e IOF. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

	2023	2022
Rendimento de aplicação financeira Outras receitas	601 5	1.925 27
Receitas financeiras	606	1.952
Outras despesas financeiras	(4)	(8)
Despesas financeiras	(4)	(8)

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Lucro real

A Empresa optou pelo regime de tributação Lucro Real. O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas em 10% sobre o lucro tributável, após compensações, excedente a R\$ 240 (base anual) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A companhia apurou prejuízo fiscal no período.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis reconhecidos nas demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Empresa apresentara diferenças temporárias e, assim, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui saldo passivo de R\$ 404 de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Abaixo está demonstrada a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:

	2023	2022
Saldo em 01 de janeiro	624	-
Variação do valor justo – comercialização de energia elétrica	(220)	(624)
Saldo em 31 de dezembro	404	(624)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Empresa é parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Empresa, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e administrativas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

16 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios estão descritas abaixo:

a. Valores a pagar

b.

	2023	2022
Passivo		
Echoenergia Participações S.A. (a) – Nota explicativa 8	317_	234
Total	317	234
Resultado		
Resultado Compartilhamento de custos (a) Compartilhamento de despesas (a)	(26) (617)	(146) (683)
Total	(643)	(829)

⁽a) A Empresa possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Echoenergia Participações S.A., empresa pertencente ao mesmo grupo econômico. O critério de rateio se dá com base na receita de cada Empresa participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da Echoenergia Participações S.A. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2024. Os principais gastos compartilhados são:

- · Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

c. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Empresa nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Empresa são remunerados pela controladora Echoenergia Crescimento S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Empresa por meio de contrato firmado com a Empresa.

Adicionalmente, os diretores da Empresa não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e e outros saldos esporádicos de transações com a Empresa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Compromissos futuros com partes relacionadas

A Empresa mantém contratos de longo prazo, de compra e venda de energia com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

Vendedor	Comprador	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromissos futuros
Equatorial Renováveis S.A. Echoenergia	Echoenergia Comercializadora de Energia LTDA.	31/12/2024	IPCA	Outubro	(4.507)
Comercializadora de Energia LTDA.	Equatorial Renováveis S.A.	31/12/2025	IPCA	Outubro	3.711

17 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compromissos futuros

Os contratos de compromissos futuros referentes às operações de comercialização de energia, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiros, são classificados como instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, conforme mencionado na nota 7.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam:
 - (i) mantidos para negociação no curto prazo,
 - (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente;
 - (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.

A Empresa não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

 Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa possuiu operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Empresa possui um comitê instaurado permanentemente, que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Empresa bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Empresa são monitoradas periodicamente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Empresa.

A Empresa não efetuou operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Os derivativos foram contratados somente com o intuito de proteger o caixa da Empresa para com suas obrigações expostas ao risco cambial.

Classificação dos instrumentos financeiros

		2023		20	022
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos e aplicações financeiras	5	57	2.525	115	5.550
Contas a receber	6	-	-	27	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	22.702	-	25.058
Passivos financeiros					
Fornecedores	8	1.945	-	343	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	21.394	-	23.222

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota Nív	Nota	a Nível (a) 2023	2023		2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Bancos e aplicações financeiras	5	Nível 2	2.582	2.582	5.665	5.665	
Contas a receber Instrumentos financeiros derivativos –	6	Nível 2	-	-	27	27	
ativo (b)	7	Nível 2	22.702	22.702	25.058	25.058	
Fornecedores Instrumentos financeiros derivativos –	8	Nível 2	1.945	1.945	343	343	
passivo (b)	7	Nível 2	21.394	21.394	23.222	23.222	
Total			48.623	48.623	54.315	54.315	

⁽a) A Empresa utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(b) O resultado de contratos de compromissos futuros pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos são efetuados considerando a data-base vigente, mediante a curva *forward*, utilizada para valorização da marcação a mercado de seu portfólio e descontada pela taxa de reajuste dos contratos firmados.

18 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco operacional

A oferta e a demanda de energia elétrica podem ter comportamento diferente do previsto e, consequentemente, impactando os volumes e preços da energia e nos resultados da Empresa.

A Administração mitiga esse risco através da gestão de portfólio, com manutenção e gestão contínua da reserva estratégica de energia, assim como estabelece uma política de crédito. Além disso, a Empresa gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- · Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Empresa de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovada pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Notas	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber	5 6	2.582 	5.665 27
Total	=	2.582	5.692

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A Empresa possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

		Fluxo de caixa contratuais	
2023	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses
Fornecedores	1.945	(1.945)	(1.945)
Total	1.945	(1.945)	(1.945)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Empresa não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de preço

A Empresa opera no mercado de compra e venda de energia com o objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Empresa ao risco do preço futuro de energia. As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Empresa.

Riscos e taxas de juros

A Empresa entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Empresa que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas de relatórios de mercado, com 25% e 50% de aumento do risco.

	Variação	Cenário Sensibilidade provável					
Variação das taxas de juros e índices	2023	2024	Provável	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
IPCA (a)	4,40%	3,60%	3,60%	4,50%	5,40%	2,70%	1,80%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	11,87%	11,87%	11,87%	14,84%	17,81%	8,90%	5,94%

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Sensibilidade					
Risco de redução (ativo)	Índice	2023	Provável	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%	
Aplicações financeiras	CDI	2.525	2.825	2.900	2.975	2.750	2.675	
Compromissos futuros	IPCA Curva	1.308	1.355	1.367	1.379	1.343	1.331	
Compromissos futuros	forward (c)	1.308	1.308	1.635	1.962	981	654	
Impacto no resultado		;	347	414	828	(414)	(828)	

- (a) Certificado de Depósito Interbancário Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.
- (b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.
- (c) Para análise de sensibilidade do preço da Empresa são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de 25% e 50% nas curvas forward de preço de energia.

19 Cobertura de seguros

Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Empresa adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

20 Outros assuntos

Reforma tributária

O Senado Federal aprovou, em 8 de novembro de 2023, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 em dois turnos, contemplando alterações importantes em relação ao conteúdo recebido da Câmara dos Deputados.

A PEC visa simplificar o atual sistema brasileiro tributário e transformar cinco tributos em três, sendo dois Impostos sobre Valor Agregado (IVA) e um Imposto Seletivo, reorganizando sobretudo os tributos que incidem sobre bens e consumo.

As alterações não apresentam, até o presente momento, impactos contábeis a serem reconhecidos pela Empresa, as quais seguirão monitorando as discussões e possíveis necessidade de adequações operacionais.

Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento

Em 20 de dezembro de 2023, o Senado Federal aprovou a Medida Provisória ("MP") nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.

A MP em questão trouxe uma séria de mudanças e requerimentos que precisam ser atendidos para que sejam tomados os créditos tributários relacionados as subvenções e deve produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Empresa avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificaram aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.